

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos.

Processo de produção do conhecimento:
Debate ou discussão de teoria social

GT02 - Cidades Latino-americanas no novo milênio

Resumo: O artigo irá discutir três questões. Primeiramente a tese sobre a morte dos espaços públicos das grandes cidades. A segunda questão, relacionada à primeira, diz respeito à pertinência da categoria “espaços públicos” para pensar a vida nas grandes cidades, e como, sob esta designação, estão reunidos diferentes tipos de espaços e tipos de interação que não podem ser reduzidos e representados de forma homogênea como tem sido feito em algumas análises. A terceira questão pretende explorar as diversas dimensões dos espaços públicos, tais como os conflitos e usos contemporâneos a partir de pesquisas realizadas em espaços públicos.

Palavras-chave – espaço público, interações, vida urbana.

Luciana Teixeira de Andrade
Luís Vicente Baptista

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos.¹

Luciana Teixeira de Andrade²

Luís Vicente Baptista³

Este artigo é fruto de uma reflexão sobre os espaços públicos nas cidades contemporâneas. Parte de uma discussão sociológica geral sobre a natureza das interações e as mudanças observadas nos espaços públicos, para em seguida contemplar os resultados de pesquisas em espaços públicos no Brasil e em Portugal.

Na perspectiva das ciências sociais os espaços públicos interessam na medida em que são palco de interações sociais de um tipo específico. A especificidade deve-se ao seu caráter público, ou seja, aberto a todos, e pela possibilidade de interações com desconhecidos. Distinto, portanto, dos espaços privados, restritos aos familiares e aos conhecidos. Esses dois ingredientes do espaço público – abertura e interações com estranhos – confluem para uma relativa imprevisibilidade das interações e, não raro, para o conflito. Por essas razões, ainda que o espaço público seja aberto a todos, há restrições sociais que emergem no processo de interação e que fazem com que os diferentes grupos sociais não frequentem todo e qualquer espaço público de uma mesma maneira.

Essa constatação conduz, por vezes, à leitura de que o espaço público está em crise. O objetivo deste artigo é mostrar a importância de debater o espaço público e analisar o que há de comum nas interações que aí têm lugar enquanto fonte de compreensão da dinâmica urbana, uma vez que é nesses espaços que a vida de uma cidade ganha visibilidade. Para tanto vamos partir do texto seminal de Georg Simmel; *As grandes cidades e a vida do espírito*,⁴ passando em seguida por alguns trabalhos que, na mesma linha, nos dão pistas para interpretar a permanência da ideia de espaço público na atualidade.

1 – Sobre a natureza das interações nos espaços públicos

Um dos textos inaugurais da sociologia urbana, *The Metropolis and Mental Life* de Georg Simmel, trata das interações sociais nos ESPAÇOS PÚBLICOS das grandes cidades ainda que esse conceito não tenha sido por ele empregado. Excetuando poucos trabalhos, somente décadas mais tarde a reflexão sobre os espaços públicos enquanto lugar de interação social entre os diferentes ganharia força no pensamento social. Trata-se do momento em que as ruas, praças e parques são confrontados por outros tipos de espaços fechados e privatizados como os shopping centers e os condomínios. A emergência desses novos espaços influenciará o debate do que veio a ser conhecido como crise ou morte do espaço público. Três obras balizam essa discussão: *The fall of*

¹ Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa financiado pela Fapemig.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. Pesquisadora da Fapemig, CNPq e Observatório das Metrópoles.

³ Centro de Estudos de Sociologia (CESNOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa.

⁴ Publicado em 1903, utilizaremos aqui a tradução, para o português, de Leopoldo Waizbort (Simmel, 2005).

the public man (1974) de Richard Sennett, *City of Quartz* (1993) de Mike Davis e *Cidade de Muros* de Teresa Caldeira.⁵

Apesar de não fazer uso do conceito de espaço público, Georg Simmel, no texto acima citado, buscou compreender os desafios de viver e interagir no espaço público de uma grande cidade. Excesso de estímulos, especialização, dependência, massificação, preponderância do intelecto, pontualidade, calculabilidade, reserva, atitude blasé, solidão, individualidade, foram algumas maneiras que ele utilizou para descrever a natureza das interações do homem metropolitano no contexto de uma grande cidade. Algumas dessas características aplicam-se mais ao contexto das relações comerciais, como a especialização e a dependência, a pontualidade, a calculabilidade. Já a atitude blasé e a reserva relacionam-se mais diretamente ao contexto das interações entre desconhecidos, como as que ocorrem no espaço público, ainda que não exclusivamente.

Tanto a reserva quanto a atitude blasé são formas de interação em que há um distanciamento em relação às coisas e às pessoas. Nenhuma delas pressupõe laços fortes, interações calorosas ou próximas, ao contrário, as interações são permeadas por uma incapacidade de reação aos estímulos com a energia apropriada, como Simmel descreve a atitude blasé e por um distanciamento como ocorre no comportamento da reserva. Em função dos inúmeros estímulos recebidos na sua rotina cotidiana nas grandes cidades, o homem metropolitano circula entre pessoas e coisas desprovido de envolvimento pessoal e da capacidade de fazer grandes distinções. Para ele, as coisas (e as pessoas) não se diferenciam muito umas das outras. A reserva, que leva ao desconhecimento do vizinho, é, como o comportamento blasé, uma forma de autopreservação na metrópole, se tivesse que responder a todos os contatos aos quais é submetido cotidianamente, o homem metropolitano ficaria atomizado. Ambos os comportamentos Simmel classifica como de natureza social negativa, como dissociação, mas com a ressalva de que são as formas possíveis de interação na metrópole.⁶ Se a reserva advém da impossibilidade de relacionar de maneira peculiar com incontáveis pessoas com as quais cruza diariamente, situação completamente distinta da pequena cidade, na qual se conhece todo mundo, soma-se a isso o fato de nas grandes cidades as relações serem permeadas pela desconfiança em relação àqueles com os quais apenas temos uma relação fugaz. Portanto, na visão de Simmel, as interações com desconhecidos (no contexto deste artigo, nos espaços públicos) não são necessariamente ou de antemão promissoras. Ao contrário, são permeadas, pelo distanciamento, indiferença, desconfiança e, num contexto de um contato mais próximo, até mesmo pela aversão e repulsa mútuas. Numa visão não determinista, Simmel contempla várias outras possibilidades, ou seja, pode-se ir da indiferença e da aversão à simpatia e das relações efêmeras às duradouras, visão distinta, portanto, da concepção de tudo reduzir à indiferença:

Toda a organização interior de uma vida de circulação ampliada de tal modo baseia-se em uma gradação extremamente multifacetada de simpatias, indiferenças e aversões, das mais efêmeras como das mais duradouras. A esfera da indiferença não é assim tão grande como parece superficialmente; a atividade de nossa alma responde contudo a quase toda impressão vinda de outro ser humano com uma sensibilidade determinada de algum modo, cuja inconsciência, fugacidade e mudança parece suprimi-la em uma indiferença. (Simmel, 2005, p. 7).

⁵ As duas primeiras foram traduzidas para o português, ver na bibliografia as edições consultadas. Já o livro de Teresa Caldeira foi publicado originalmente em inglês e depois traduzido para o português.

⁶ “Enquanto o sujeito se ajusta inteiramente por conta própria a essa forma de existência, a sua autoconservação frente à cidade grande exige-lhe um comportamento não menos negativo de natureza social” (Simmel, 2005, p.6) e “o que aparece aqui imediatamente como dissociação é na verdade apenas uma de suas formas elementares de socialização (Simmel, 2005, p. 7).

Contra qualquer interpretação pessimista ou niilista a passagem a seguir é esclarecedora, ainda se referindo à reserva: “Ela garante precisamente ao indivíduo uma espécie e uma medida de liberdade pessoal, com relação à qual não há nenhuma analogia em outras situações (...).” (Simmel, 2005, 583). Ou seja, tanto a reserva quanto a atitude blasé são, simultaneamente, formas de sociação e dissociação marcadas pelas possibilidades do encontro (da possibilidade do estar com o outro) e do conflito (do estar contra o outro).

2. O espaço público está morto? Como lidar com as diferenças nos espaços públicos?

Nesta parte do artigo iremos nos deter em algumas obras que pregaram a morte do espaço público e foram muito influentes nas interpretações que se seguiram.

Richard Sennett em *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, identifica em algumas das mais importantes cidades americanas e europeias Nova York, Londres e Paris o que ele chama de “espaços públicos mortos”. São construções nas quais as áreas públicas são de passagem e não de estar, e onde não há a diversidade social típica dos espaços públicos tradicionais, uma vez que seu uso é restrito aos que trabalham e/ou vivem na região. Ele toma como exemplo a Praça da Lever House na Park Avenue em Nova York, o Brunswick Centre em Bloomsbury em Londres e o complexo de escritórios de Défense em Paris. Os exemplos europeus são uma prova de que a questão não se deve apenas à criminalidade e a insegurança, como poderia parecer se tomasse apenas o exemplo de Nova York. As pessoas estão em público, não para interagir, mas para exercer o direito de estar só em público, ou seja, para o exercício de um tipo contemporâneo de voyeurismo. Dessa forma o conhecimento em público, torna-se uma questão de observação e não mais de trato social, de civilidade.

Mike Davis em *Cidade de Quartzos*, mais precisamente no capítulo *Fortaleza LA*, discute o que ele chama de destruição do espaço público, consequência de uma cruzada pela segurança na cidade. Essa ação decorre de uma mudança de paradigma de controle social; de uma visão liberal que contrabalanceava repressão com reforma, para a retórica de segurança que vê como irreconciliáveis os interesses dos pobres e das classes médias urbanas. O resultado é uma cidade dividida em áreas que são verdadeiras fortalezas e subúrbios que se transformaram em lugares de terror em função da guerra da polícia contra os pobres criminalizados. Nesse contexto o espaço público “genuinamente democrático” dá lugar a pseudo espaços públicos voltados para um público consumidor de alta renda: “suntuosos shoppings, centros de escritórios, acrópoles culturais, e assim sucessivamente – estão repletos de sinais invisíveis que impedem a entrada do ‘Outro’ da subclasse.” (1993, p. 207)

Davis acrescenta novos elementos a essa obsessão pela segurança em detrimento da vida pública, como a privatização de espaços antes públicos, o uso do “design urbano sádico” que evita a permanência dos pobres nos espaços públicos e a transferência, para espaços privados comerciais, da atividade vital do centro. Esses fenômenos são, para ele, parte de um processo de contra-urbanização e contra-insurreição.

Em uma interpretação próxima a de Mike Davis, Teresa Caldeira, em *Cidade de Muros*, identifica, a partir dos anos 1980, o surgimento de um novo padrão de segregação em São Paulo. A origem estaria no crescimento do crime violento que gerou, entre várias outras estratégias de proteção, a construção de muros como uma das mais emblemáticas. Estes, juntamente com outros aparatos de segurança, garantem o

isolamento dos grupos de mais alta renda daqueles considerados como perigosos. Os *enclaves fortificados*, “espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo” (Caldeira, 2000, p.11), veem modificando profundamente a vida urbana, em especial a convivência nos espaços públicos, uma vez que negam os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que marcaram os espaços públicos modernos.

As elites, ao se retirarem para os enclaves, deixam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres. Dessa forma diminuem os espaços para o encontro de pessoas de diferentes grupos sociais. Como Mike Davis, Teresa Caldeira analisa vários outros comportamentos das elites tais como a privatização de ruas, o uso de seguranças privados, de cercas elétricas nas residências e do transporte privado para todos os tipos de deslocamentos. Juntos, eles são responsáveis por promoverem “intolerância, suspeita e medo” entre os habitantes da cidade (Caldeira, 2000, p. 314).

Essas interpretações já foram objeto da crítica de Salcedo Hancén no que diz respeito à idealização que fazem do espaço público moderno onde os diferentes interagem sem constrangimentos. Para o autor nunca existiu um espaço livre e aberto a todos. Os indesejáveis pelos grupos médios e altos sempre foram mantidos à distância. Nessa perspectiva, o espaço público hoje é mais aberto do que antes em relação aos grupos raciais e sexuais minoritários. Em vez de comparar espaço público moderno e atual, Salcedo Hancén propõe analisá-lo como um lugar do exercício do poder, assim como da sua resistência.

Outro aspecto dessas análises é a visão da sociedade e dos usos dos espaços públicos focada em um único estrato, os grupos de alta renda. Se por um lado esses autores identificam importantes processos de mudança na sociedade e nos espaços públicos, eles incorrem no erro da generalização. E, ainda que os grupos de alta renda tenham o poder de definir a direção das mudanças que atingiram as cidades nas últimas décadas, eles não são tão hegemônicos a ponto de impor uma forma única de uso dos espaços públicos presentes em distintas partes da cidade. Acompanhando a interpretação de Salcedo Hansen, os autores acima citados não contemplam as resistências, não contemplam também outros espaços públicos e seus usos por outros grupos sociais. Se os novos espaços públicos voltados para os grupos de alta renda são pouco convidativos ao estar e ao convívio com o diferente, eles não esgotam todos os espaços públicos das cidades contemporâneas. Pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal mostram usos distintos dos espaços públicos por diferentes grupos sociais: sejam os contra-usos (Leite, 2004),⁷ a invenção de novos usos e novos espaços assim como movimentos de defesa dos mesmos. Portanto, nada disso leva à conclusão de que o espaço público esteja morto.

Uma prova da vida nos espaços públicos são os conflitos. Esses são mais evidentes quando os espaços reúnem grupos de classes ou etnias diferentes. Fora isso há espaços, como os descritos pelos autores acima citados, nos quais o conflito é contido pela predominância de um grupo. Nesses casos a interação fica limitada aos iguais e a tensão expande-se para as fronteiras desses espaços. Exemplos desse tipo são condomínios fechados, por um lado, e as praças e outros espaços públicos ocupados predominantemente por moradores de rua ou consumidores/traficantes de drogas, por outro lado. No primeiro caso o conflito se manifesta nas áreas de fronteiras que

⁷ Leite assim define os contra-usos dos espaços públicos: “as táticas quando associadas à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constituem em um *contra uso* capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam.” (2004, p. 215).

impedem a entrada de não-moradores que não foram convidados. No segundo caso, quando os moradores de rua fazem do espaço público suas moradias, ou os consumidores de drogas pontos de consumo e tráfego, o uso compartilhado por outros grupos é permeado por muitas tensões, dada a dificuldade de interação.

Ainda que esses sejam exemplos extremos, as grandes distâncias sociais e culturais dificultam a interação, quando não a inviabilizam. Essa é uma das razões que explicaria, a existência, em alguns espaços públicos contemporâneos, da co-presença, mas não da interação. Em uma praça estudada em Belo Horizonte, localizada na fronteira de um bairro de alta renda e uma favela, os moradores dos dois espaços frequentam a praça, mas as interações, quando existem, ou são superficiais, ou têm natureza comercial (ANDRADE, JAYME, ALMEIDA, 2009).

Diante de constatações como estas Eijk propôs o conceito de “light interaction”. As interações superficiais ou “light” ocorrem em função dos repetidos encontros nos espaços públicos, responsáveis por criar uma familiaridade oposta ao anonimato, assim como um senso de identidade social e de segurança. Eijk exemplifica os encontros que se repetem como aqueles que ocorrem durante as compras, no ato de pegar as crianças na escola ou quando se passeia com o cachorro. Em todos esses casos, a recorrência leva ao conhecimento categórico, mas não ao biográfico.⁸ Para a autora, essa familiaridade é importante especialmente nos espaços que reúnem pessoas diferentes. Os contatos, ainda que superficiais (até porque no caso por ela estudado, os moradores são social ou culturalmente muito diferentes), fazem com que as pessoas se sintam, aos olhos do outro, menos estranhas. Por meio dessas “light interactions” elas adquirem informações sobre o outro de forma a saber se são ou não confiáveis. Esse tipo de interação ocorre com mais frequência nos ambientes em que práticas cotidianas se repetem, ou seja, nos espaços públicos que reúnem frequentadores regulares, como são os espaços públicos das áreas residenciais. Diferentes, portanto, dos espaços públicos centrais, que apesar de poder contar com um grupo fixo, ou seja, que o frequenta com regularidade, o grande número faz com que a maioria seja, para o outro, anônima. Isso sem contar os transeuntes esporádicos que só fazem aumentar essa sensação de anonimidade pouco propícia às interações.

O interessante dessa reflexão é mostrar que as interações que ocorrem no espaço público têm uma natureza distinta das interações próprias da esfera privada, marcadas pela intimidade e por laços fortes. As interações entre pessoas que não se conhecem, são em geral mais formais e mais distanciadas. O perigo dessa indistinção é desvalorizar as interações no espaço público tendo como referência as interações que ocorrem na esfera privada.

A noção de “light interactions” nos faz retonar a Simmel. As atitudes de reserva e o comportamento blasé podem ser pensados como formas de “light interactions”, até porque o envolvimento mais duradouro pode vir a comprometer a liberdade individual. Essa pode pressupor desde o estar em público só (o direito à solidão), como interações mediadas pela distância formal, nas quais o indivíduo não compromete a sua individualidade. O que ele negocia em público é a dimensão pública da sua vida, preservando assim a sua intimidade e liberdade.

3. A diversidade dos espaços públicos e seus usos no contexto urbano atual.

⁸ Segundo Goffman o primeiro consiste em colocar o outro dentro de uma das várias categorias sociais, já no segundo o indivíduo é associado a uma identidade única e distinta que pressupõe o conhecimento de algumas das suas características. (Goffman, 1999).

O que se percebe em Simmel a respeito das interações nos espaços públicos, não é a defesa de uma visão romântica, nem uma visão catastrófica ou pessimista. Para ele, tais interações são, por natureza, abertas a muitas possibilidades. Mas, dadas as características do homem metropolitano, não se deve esperar interações imediatamente realizadas, ou seja, sem o anteparo das distâncias sociais. O homem metropolitano, para a sua própria sobrevivência, e para a preservação da sua interioridade, precisa desse afastamento dos contatos aos quais é exposto cotidianamente.

A esse afastamento subjaz um princípio de liberdade que orienta as decisões que o homem metropolitano toma. Em relação à forma como desfruta do seu tempo e como se dispõe a usufruir os “espaços públicos”, é possível entender uma diversidade de espaços e formas de interação que não devem ser reduzidas e representadas de maneira homogênea.

De forma a mostrar sinteticamente a diversidade de contextos de interação que a ideia de espaços públicos comporta, propomos apresentar uma tipologia que não só considera o grau de interação que estimulam, mas também a sua continuidade. Apesar de inspirados nos ideias-tipo de espaço público identificados por Tonkiss (2005: 67) que visam analisar os sentidos de estar com os outros em público (a praça, representando o sentido da pertença coletiva; o café, representando a troca social e a rua, representando o encontro informal), no nosso caso, o que nos interessa é a adequação para uso público dos espaços urbanos, concebidos com diferentes objetivos segundo a sua condição de origem (públicos/privados) e o fim a que se destinavam (jardim, shopping center, praças).

Assim, tomamos como primeiro tipo identificável, **os espaços urbanos programados para uso público.**

No âmbito do planejamento das cidades contemporâneas, os espaços públicos destinados ao usufruto lúdico tem um lugar indiscutível. Quer em cidades planejadas, caso de Belo Horizonte e Brasília, seja em cidades históricas com camadas de edificação e significados que remetem para várias épocas, Lisboa, Porto ou Rio de Janeiro. As praças e os parques foram concebidos para usos diversos e anônimos, destinados a todos, mas ao longo dos anos foram alvo de múltiplos usos, que se vêm modificando assim como as populações que dele usufruem, tal como sustentamos em pontos anteriores.

Exemplos dessas novas apropriações de praças e parques urbanos foram detectados por pesquisas realizadas em várias cidades. Aqui vamos nos concentrar nos exemplos de Belo Horizonte e Lisboa aonde vimos realizando as nossas pesquisas. Em estudo sobre praças de Belo Horizonte, no Brasil, identificou-se, em diferentes bairros da cidade, usos muito diversos para as praças, decorrentes dos próprios contextos onde estão localizadas. A distinção mais relevante se verificou entre as praças de bairros e as praças centrais. As primeiras cumprem a função de um espaço de lazer local, já as centrais combinam diferentes usos, frequentadores e mesmo especializações. Em algumas são realizadas feiras, em outras são comum os usos culturais com apresentações de teatros, músicas, danças, outras são utilizadas para atividades físicas. Em diferentes horas dos dias os usos se modificam: nas manhãs preponderam os usos pelas crianças e idosos, nos horários do almoço muitos trabalhadores usam as praças para sua cesta, à tarde e, principalmente à noite, a presença maior é de jovens. No período da noite e em bairros com pouca presença policial, é comum o uso das praças para consumo e tráfico de drogas. Já algumas praças centrais são muito frequentadas à noite por prostitutas e travestis.

No caso de Lisboa, as pesquisas têm trazido informações preciosas sobre as dinâmicas destes espaços urbanos programados para usufruto lúdico e não diferem

substancialmente do que foi encontrado em Belo Horizonte. É o caso do estudo sobre o Jardim da Estrela, no coração da cidade de Lisboa (Franco e Gomes, 2008) em que a autora mostra a multiplicidade de populações e de usos do jardim, consoante a hora do dia, o dia da semana e os indivíduos que o procuram. Maria João Gomes chega à conclusão que há uma clara distinção entre quem usa o jardim como zona de passagem na circulação urbana e quem se apropria como lugar de permanência mais ou menos demorada. Conclui ainda que em grande parte essa distinção tem a ver com o uso que lhe é dado pelos que trabalham na zona ou por aqui passam e os moradores das redondezas.

Também o significado e o uso dado à rua como lugar de encontro, de passagem ou de instalação foi alvo de investigação centrada na cidade de Lisboa (Cordeiro, 2010) e que revelou também essa distintividade e os grupos sociais que dele fazem uso.

Fica claro nestes exemplos que a questão não é a “morte dos espaços públicos”, mas de uma multiplicidade de usos e protagonistas que se apropriam deste território.

Temos como segundo tipo, **os novos espaços de consumo de acesso público**. Com a emergência das catedrais do consumo, a que se refere Ritzer (2010), como elemento organizador da vida nas sociedades contemporâneas, estas vão ocupando um lugar mais e mais central na estruturação dos fluxos das metrópoles de hoje sendo claro que os shopping centers, mas também os estádios desportivos, os parques temáticos são lugares de acesso público que rivalizam com as formas tradicionais de encontro e de lazer.

Em Belo Horizonte dois espaços emblemáticos da cidade, mas também para a sua região metropolitana, foram transformados em corredores culturais, um já implantado e outro em implantação. O primeiro em uma praça simbólica da cidade, a Praça da Liberdade, onde antes se localizavam o Palácio do Governo e as secretarias de Estado, hoje transformados em centros culturais e museus. Nesse caso assistiu-se a uma clara elitização do espaço, via a sua reforma, primeiro com a retirada das feiras de artesanato e artes, depois com a proibição do comércio ambulante. Posteriormente o controle dos usos e comportamento se fez presente na sua rotina diária dos seus frequentadores. A presença constante da polícia militar e da guarda municipal impede os usos considerados como “indesejáveis” tais como: sentar na grama, deitar nos bancos, comercializar qualquer produto entre outros. Soma-se a isso a sua ocupação pelos moradores do entorno, grupo de alta renda, que impõe, com a sua presença um estilo próprio de frequentar a praça. Para esse grupo a praça utilizada principalmente para caminhadas. A diversidade se faz presente nos dias de festividades, uma vez que ali acontecem muitos eventos culturais. De toda forma trata-se de uma diversidade relativa, em função das programações que têm como referência o gosto das classes médias. No caso do corredor da Praça da Estação, localizada numa parte comercial da cidade, com fluxo intenso de pessoas de toda a região metropolitana durante o dia, e muitos moradores de rua durante à noite, a sua implantação, ainda em curso, vem enfrentando um processo tenso de negociação com os grupos culturais que ali estão instalados e que se opõem radicalmente às políticas de *gentrificação* e o controle dos seus usos por parte do estado. Esse coletivo que promove diversas ocupações na praça e no seu entorno, tem como bandeira o uso livre do espaço público e, em relação a proposta da prefeitura de implantação de um corredor cultural, respondem: “o corredor cultural já existe”.

No caso português, o exemplo do Parque das Nações (Pereira, 2013) traz-nos para o debate o planeamento de espaços públicos metropolitanos onde confluem os residentes, mas também os visitantes frequentes, nomeadamente da área metropolitana de Lisboa (o caso dos ciclistas de fim de semana é um exemplo), com visitantes nacionais e internacionais que a procuram como atração metropolitana.

Como terceiro tipo, os **espaços informais de origem privada integrados no circuito metropolitano**. Resultantes da iniciativa privada, estes lugares são apropriados, com maior ou menor intensidade, enquanto lugares de encontro de grupos específicos. À medida que vão ganhando alguma particularidade que os tornam relevantes entram no circuito metropolitano. Exemplos tão díspares, caros a distintos grupos de interesse, como cafés, cinemas, lojas, sedes associativas ou mesmo casas-museu, são frequentes no quotidiano das cidades como lugares de visita, de estadia, de encontro.

São lugares que partem de uma condição privada, mas que vão se tornando espaços de acesso público sendo que alguns acabam se transformando em símbolos de uma geração, de uma cultura, de uma cidade.

Em Belo Horizonte, na década de 1980, ocorreu um movimento de defesa do Cine MetrÓpole que funcionava no prédio do antigo teatro da cidade. Essa manifestação, que não logrou sucesso em relação à manutenção do cinema, foi o ponto de partida para um movimento de defesa do património da cidade em processo de acelerada destruição, assim como a defesa dos seus espaços públicos (Andrade e Esteves, 2002). Nos anos 2000 emerge outro movimento em favor de um espaço privado, mas cujos usos são de natureza pública. Trata-se do Mercado Central, ícone da cultura local uma vez que ali se comercializam produtos de todo o estado que não são encontráveis em outras lojas da cidade. Mas, mais do que isso, o Mercado é conhecido por facilitar as interações entre diferentes. Trata-se de um espaço muito propício ao encontro e a interação com o outro. O estopim do movimento nas redes sociais foi a instalação de uma loja de eletrodomésticos que se diferenciava radicalmente do tipo das lojas e do comércio que se fazia no Mercado e que foi interpretada, pelos seus defensores, como a abertura para a transformação do Mercado em um shopping center. (Andrade, 2008)

O caso da derrubada do cinema Monumental, no largo Duque de Saldanha, em Lisboa, e o movimento social que provocou nos anos 80 entre a elite cultural lisboeta, defendendo o tombamento do edifício para garantir a sua perpetuação e o seu uso, é um outro exemplo de defesa de espaços que ainda que privados, desempenhavam uma importante função pública. Mais que uma sala de cinema o que estava em causa era o ponto de encontro, central na cidade de então, que se perdia no circuito da metrópole (Carvalho, 2001).

Ainda que de propriedade privada, esses espaços públicos têm uma importância crucial na compreensão das nossas cidades porque correspondem ao pulsar da vida local, nas suas várias escalas, e permitem apanhar instantâneos dos movimentos sociais que vão se expressando em diferentes tempos da metrópole, sejam movimentos políticos, culturais ou de outro tipo.

4. Conclusões

Tomando as ideias de Tonkiss (2005:72) diremos que “o princípio ideal do espaço público assenta na igualdade do acesso (...) mas a vida real dos espaços públicos sugere-nos que estes não são apenas constituído em termos de acesso mas também são organizados através de formas de controlo e exclusão”.

Uma primeira conclusão é a que é necessário distinguir entre o plano ideal das discussões sobre o espaço público, muito devedoras da visão habermasiana de “esfera pública” e a dimensão prática da vivência dos espaços públicos, lugares de interesse comum para usufruto coletivo. Esta distinção, de carácter operativo, em nada contraria a necessidade de os articular. Assim, o debate que propomos na parte inicial deste artigo é

crucial para uma interpretação clarificadora das realidades quotidianas apresentadas aqui por alguns exemplos de pesquisas realizadas em Belo Horizonte e Lisboa. Isso não significa, no entanto, atribuir ao empírico valor superior ao teórico, afinal o risco teorista é tão real como o risco empiricista. Daí que o trabalho central dos sociólogos seja o de criar estratégias de compreensão do real a partir dos instrumentos teóricos, metodológicos e conceituais ao nosso dispor que permitam melhorar a capacidade de análise de fenômenos mutantes, próprios do tempo da *sociedade das mobilidades*.

Às críticas as teorias que pregam a morte do espaço público contrapomos outras teorias tributárias do legado simmeliano, ou seja, centradas na natureza das interações entre estranhos.

A outra conclusão é que nesta época dos lazes globalizados, a diversidade de experiências que podemos identificar como acontecendo nos espaços públicos é tão ampla que exige do investigador um cuidado particular no seu entendimento e distinção, o que nos levou a propor uma tipologia com base na adequação para uso público de espaços urbano que apesar de serem concebidos para diferentes fins, acolhem atividades que podemos definir como próprias de espaços públicos (Baptista, 2005).

Tomamos como referência a experiência de Belo Horizonte, mas de modo articulado com a experiência de Lisboa, procurando trazer para este artigo o exemplo de pesquisas que melhor ilustram as dinâmicas mais reveladoras da transformação dos espaços públicos. Feitas essas reflexões teórico-empíricas, parece-nos decisivo que para analisar os espaços públicos como domínio central da transformação urbana das nossas sociedades, tenhamos que recorrer a uma visão abrangente destes e que, assim olhados, contrariam claramente a tese do fim do espaço público.

Bibliografia

Andrade, Luciana T.; Esteves, Paulo. L. (2002). Negociações urbanas: gestão de conflitos em torno do patrimônio. In: Edésio Fernandes; Jurema Rugani. (Org.). *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB/MG.

Andrade, Luciana. T.; Jayme, Juliana. G.; Almeida, Rachel. C. (2009). Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 21, p. 131-153.

Andrade, Luciana T. (2008). Espaços semi-públicos como patrimônios imateriais. In: *SILACC 2008 - Simpósio latino americano de cidade e cultura: reflexões e projetualidade hoje*. Santa Fé, Universidad del Litoral.

Baptista, Luís Vicente. (2005). Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida. *Fórum Sociológico*, Lisboa, n. 13/14,

Caldeira, Teresa Pires do Rio. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, Edusp.

Carvalho, Paula; O lugar do conflito: o caso do cinema Monumental através da imprensa escrita [tese de licenciatura, Sociologia], FCSH-UNL, 2003.

Cordeiro, Graça, VIDAL, Frederic (org.). *A Rua: Espaço, Tempo, Sociabilidade*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

Davis, Mike. (1993). *Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo, Scritta.

Franco, José E. e Gomes, Ana Cristina da Costa (orgs.). (2008). *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, Lisboa: Gradiva.

Goffman, Erving. A ordem da interação. In: Winkin, Yves Org.). *Os momentos e seus homens*. Lisboa, Relógio d' Água.

Leite, Rogério P. Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracajú, SE: Editora UFS, 2004.

Pereira, P (2013), "O Parque das Nações em Lisboa: uma montra da metrópole à beira-Tejo" [Dissertação de Doutoramento em Sociologia]. Lisboa: FCSH/UNL.

Ritzer, Georg. *Enchanting a Disenchanted World: Continuity and Change in the Cathedrals of Consumption*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 2010.

Salcedo Hansen, Rodrigo. (2002). El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *EURE (Santiago)*, Set, vol.28, no.84, p.5-19.

Sennett, Richard. (1988). *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia das Letras.

Simmel, Georg. (2005). "As grandes cidades e a vida do espírito". *Mana* vol.11, no. 2 Rio de Janeiro Outubro de. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010.

Tonkiss, Fran. (2005). *Space, the City and Social Theory*. Polity Press, Oxford.